FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 27/09/2022 - 05:59

PF vê transações suspeitas em gabinete de Bolsonaro

Jair Bolsonaro (PL) em Nova York; de verde, o tenente-coronel Mauro Cid Stefan Jeremiah - 20.set.22/Reuters

PF vê transações suspeitas, e Moraes quebra sigilo de assessor de Bolsonaro

Mensagens indicam pagamento de contas de pessoas ligadas à família presidencial; Planalto e assessor negam irregularidade

Fabio Serapião e Camila Mattoso

BRASÍLIA A Polícia Federal encontrou no telefone do principal ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL) mensagens que levantaram suspeitas de investigadores sobre transações financeiras feitas no gabinete da Presidência.

Conversas por escrito, fotos e áudios trocados pelo tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid com outros funcionários da Presidência da República sugerem a existência de depósitos fracionados e saques em dinheiro.

O material analisado pela PF indica que as movimentações financeiras se destinavam a pagar contas pessoais da família presidencial e também de pessoas próximas da primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

A assessoria da Presidência nega qualquer irregularidade nas transações e diz que os valores movimentados têm como origem a conta particular do presidente da República.

Com base nesses indícios coletados pela Polícia Federal, o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizou nas últimas semanas a quebra de sigilo bancário de Cid, atendendo a um pedido da corporação, que busca descobrir a origem do dinheiro e se há uso de verba pública.

As transações estão sendo analisadas no âmbito de um inquérito policial, mas ainda não há acusação ou mesmo confirmação das suspeitas levantadas pela Polícia Federal.

A quebra de sigilo bancário ocorre dentro do caso que apurava o vazamento de uma investigação sobre um hacker no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). A apuração foi compartilhada por Moraes e agora tramita no inquérito das milícias digitais.

Nessa investigação sobre o vazamento do caso do ataque cibernético ao TSE, Cid virou alvo por ter atuado no episódio e teve o sigilo telemático (emails, arquivos de celular e nuvem de armazenamento) quebrado por ordem de Moraes. Na análise desse material, a PF se deparou com movimentações financeiras que considerou suspeitas.

Em conversas por aplicativos de mensagens, integrantes da Ajudância de Ordens trocam recibos de saques e depósitos e abordam o pagamento de boletos.

Uma das suspeitas que estão sendo apuradas pela PF com base nos diálogos é o pagamento de uma fatura de plano de saúde de um parente do casal presidencial.

Em outro caso, há pagamento fracionado para uma tia de Michelle, que cuida da filha de Bolsonaro, Laura, quando a primeira-dama está em compromissos ou em viagens.

Realizações de depósitos fracionados e saques em espécie chamaram a atenção da polícia, que desconfia da tentativa de ocultar a procedência do dinheiro.

A investigação busca saber se despesas particulares do presidente podem ter sido bancadas com dinheiro público. As informações da quebra do sigilo ainda estão sendo analisadas pela PF.

Uma das hipóteses apuradas é se as transações têm origem em valores dos cartões corporativos da Presidência da República, por exemplo.

A assessoria da Presidência diz que as transações vistas como suspeitas pela PF têm origem em dinheiro privado de Jair Bolsonaro.

"Todos os recursos não têm origem no suprimento de fundos [cartão corporativo]. O presidente nunca sacou um só centavo desse cartão corporativo pessoal. O mesmo está zerado desde janeiro de 2019", afirma.

O tenente-coronel afirma que a escolha do pagamento por meio de saques e depósitos para uma tia de Michelle se deu por razões de segurança.

"Cid não fazia transferência de conta a conta. Ele sacava o dinheiro para a conta do presidente não ficar exposta, com o nome dele no extrato de outra pessoa", diz a assessoria da Presidência.

Essa é a mesma justificativa para outras despesas. "Todos esses gastos são pessoais e diários da dona Michelle. Cabeleireiro, manicure, uma compra no site de roupa e outras coisas. A opção foi não colocar a conta do presidente no extrato da manicure, da fisioterapeuta ou outros gastos diários de uma família com cinco pessoas", diz a assessoria.

A autorização de Moraes atinge Cid e mira também transações suspeitas envolvendo ao menos outros dois ajudantes de ordem da Presidência da República.

A Ajudância de Ordens é uma estrutura dentro do gabinete pessoal de Bolsonaro. Seus servidores, a maioria militares, atuam diretamente no dia a dia do presidente.

Continua na pág. A5

DELEGADOS DA PF APOSENTADOS PEDEM À PGR QUE INVESTIGUE MORAES

Um grupo de delegados aposentados da PF quer que a PGR investigue o ministro Alexandre de Moraes, do STF, por abuso de autoridade. O motivo é a ação policial por ele autorizada às vésperas do 7 de Setembro contra empresários bolsonaristas. A notícia-crime enviada à Procuradoria inclui ainda o delegado federal Fábio Alvarez Shor, responsável pelo pedido que levou à operação. Em uma rede social, a presidente da Fenadepol (Federação Nacional dos Delegados de PF), Tânia Prado, disse que a representação "não representa a opinião da categoria".

Continuação da pág. A4

Cid, que tem cargo de natureza militar, é considerado um dos funcionários mais próximos do presidente.

Ele participou, por exemplo, dos dois eventos em que a PF imputa crime a Bolsonaro: no vazamento da investigação sobre o ataque hacker ao TSE e na fala em que o presidente atrela falsamente o desenvolvimento de Aids à vacinação contra Covid-19.

Em 21 de outubro do ano passado, Bolsonaro leu uma suposta notícia dizendo que "vacinados [contra a Covid] estão desenvolvendo a síndrome da imunodeficiência adquirida [Aids]". Dias depois, Facebook e Instagram derrubaram o vídeo.

Cid também é investigado no mesmo inquérito das milícias digitais por participar da organização da live de 29 de julho de 2021 em que Bolsonaro fez ataques sem provas às urnas eletrônicas.

Na ocasião, Bolsonaro realizou um de seus maiores ataques contra o sistema eleitoral brasileiro. Ele convocou jornalistas para acompanhar uma live em que apresentaria provas de fraudes nas eleições, mas levou apenas teorias que circulavam há anos na internet e que já tinham sido desmentidas anteriormente.

Ao longo da live, o presidente mudou o discurso e admitiu que não pode comprovar que as eleições foram fraudadas.

Ele também usou a transmissão para defender que a população comparecesse a atos em defesa do voto impresso.

Em depoimento no inquérito dos atos antidemocráticos, Cid descreveu suas atribuições. Ele disse ser responsável pela "execução da agenda oficial e privada" de Bolsonaro e "atendimento de suas necessidades diretas e imediatas".

Bolsonaro bancou transações suspeitas, afirma Presidência

OUTRO LADO

A assessoria da Presidência da afirmou à **Folha** que as transações consideradas suspeitas pela PF não têm origem em dinheiro público e que saques foram feitos, em vez de transferências bancárias, por questão de segurança.

"Todos os recursos não têm origem no suprimento de fundos [cartão corporativo]. O presidente nunca sacou um só centavo desse cartão corporativo pessoal. O mesmo está zerado desde janeiro de 2019", afirmou a assessoria. "Os saques foram feitos na conta do presidente."

A assessoria afirmou que Cid fez saques da conta pessoal de Bolsonaro e repassou para uma tia de Michelle —que eventualmente trabalha como babá da filha de Bolsonaro, Laura—, além do custeio de outras despesas presidenciais, por motivo de segurança, para não expor a conta pessoal do presidente.

"O dinheiro é sacado da conta dele e o depósito é feito na conta da tia [que atua como babá]. Por motivo de segurança, não havia transferência de conta a conta. Sacava o dinheiro para a conta dele não ficar exposta com o nome dele no extrato de outra pessoa", afirmou a Presidência da República.

Essa é a mesma justificativa para outras despesas. "Todos esses gastos são pessoais e diários da Michelle. Cabeleireiro, manicure, uma compra no site de roupa e outras coisas. A opção foi não colocar a conta do presidente no extrato da manicure, da fisioterapeuta ou outros gastos diários de uma família com cinco pessoas", afirma a assessoria da Presidência.

Com base nesses indicativos coletados pela polícia, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, autorizou nas últimas semanas a quebra de sigilo bancário de Cid, atendendo a um pedido da Polícia Federal, que busca descobrir a origem do dinheiro e se há uso de verba pública.

Entre as despesas pagas pelo ajudante de ordem estão os gastos com a babá, no valor mensal de R$ 2.840. Sobre esse pagamento ter sido feito de forma fracionada, e não integral, a assessoria disse que isso ocorreu para evitar o travamento da máquina do banco em que eram feitos os depósitos, já que há limite de cédulas para cada transação.

Copyright © Clipclap 2025.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 4 e 5

Copyright © Clipclap 2025.